

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias**

**Araraquara Transmissora de Energia
S.A.**

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Araraquara Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Araraquara Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Araraquara Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Araraquara Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Araraquara Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 18 de março de 2019.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Building a better
working world

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Glauco Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	24.141	20.026
Concessionárias e permissionárias	9	2.514	2.681
Contas a receber - partes relacionadas	23	121	140
Adiantamentos a fornecedores		263	272
Impostos a recuperar		-	3
Estoque		1.345	1.109
Outros ativos circulantes		263	205
		28.647	24.436
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	8	3.396	3.532
Outros ativos não circulantes		291	187
Imobilizado não vinculado à concessão		1.077	1.213
Imobilizado	10	201.478	209.349
Intangível não vinculado à concessão		19	24
Intangível	11	3.450	3.462
		209.711	217.767
		238.358	242.203

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros		286	240
Fornecedores - partes relacionadas	23	712	810
Financiamentos – terceiros	12	6.098	6.101
Impostos e contribuições sociais	13	480	483
Taxas regulamentares	14	1.272	1.149
Dividendos propostos	16	-	117
Outros passivos circulantes		798	664
		9.645	9.564
Passivo não circulante			
Financiamentos – terceiros	12	51.322	56.851
Outras provisões - compensação ambiental		1.492	1.394
Provisão para contingências	15	27.112	28.264
		79.926	86.509
Patrimônio líquido	16		
Capital social		167.191	167.191
Reserva de lucros		39.355	39.355
Reserva legal		-	2.335
Prejuízo acumulado		(57.759)	(62.751)
		148.787	146.130
		238.358	242.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	17	24.775	23.155
Custo da operação	18	<u>(14.749)</u>	<u>(14.878)</u>
Lucro bruto		10.026	8.277
Despesas gerais e administrativas	19	(2.426)	(2.483)
Outras receitas / (despesas) operacionais		<u>318</u>	<u>2.077</u>
Lucro antes do resultado financeiro		7.918	7.871
Resultado financeiro	21	<u>(3.899)</u>	<u>(6.644)</u>
Receita financeira		1.559	2.038
Despesa financeira		<u>(5.458)</u>	<u>(8.682)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>4.019</u>	<u>1.227</u>
Imposto de renda e contribuição social		(1.362)	(1.652)
Lucro/Prejuízo do exercício		<u>2.657</u>	<u>(425)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro/Prejuízo do exercício	2.657	(425)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>2.657</u>	<u>(425)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Araraquara Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucro			Lucro/Prejuízo acumulado	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	167.191	1.720	27.790	(50.029)	146.672
Prejuízo do exercício	-	-	-	(425)	(425)
Constituição da reserva legal	-	615	-	(615)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	11.565	(11.565)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(117)	(117)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	167.191	2.335	39.355	(62.751)	146.130
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.657	2.657
Realização da reserva legal	-	(2.335)	-	2.335	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	167.191	-	39.355	(57.759)	148.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro do exercício antes dos impostos	4.019	1.227
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos financiamentos	5.228	5.951
Depreciação e amortização	8.201	8.052
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	70
Provisão de contingências	(1.153)	2.510
Provisão para compensação ambiental	98	124
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	166	401
Contas a receber - partes relacionadas	19	(140)
Estoques	(235)	(346)
Impostos a recuperar	3	108
Adiantamentos a fornecedores	9	350
Outros ativos	(162)	(156)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(52)	769
Tributos e contribuições sociais	(388)	(1.031)
Impostos pagos	(977)	(571)
Juros pagos	(4.860)	(5.265)
Taxas regulamentares	123	(296)
Outros passivos	132	117
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	10.172	11.874
Aquisição de imobilizado e intangível	(334)	(3.565)
Baixa de imobilizado e intangível	158	
Títulos e valores mobiliários	136	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(40)	(3.565)
Financiamentos pagos	(5.900)	(5.852)
Dividendos pagos	(117)	(234)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(6.017)	(6.086)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.115	2.223
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.026	17.803
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	24.141	20.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Araraquara Transmissora de Energia S.A. (Companhia ou Araraquara) é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro. Possui uma filial na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia foi constituída em 08 de dezembro de 2008, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

1.1. Da concessão

No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 14/2009, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas no Estado de São Paulo:

- (i) Linha de Transmissão Araraquara 2.
- (ii) Araraquara Furnas, C1 e C2, 500 kV, com extensão aproximada de 15 km, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara furnas.
- (iii) Linha de Transmissão Araraquara 2 - Araraquara CTEEP, C1 e C2, 440 kV, com extensão aproximada de 15 km, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara CTEEP.

1.2. Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP foi determinada em R\$15.463 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 25.620 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

Em 27 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 26.351 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 25 de abril de 2019.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 10 - Imobilizado e 11 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos."

4.11. Fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Normas e interpretações emitida, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		28.647	17.274	45.921	24.436	19.475	43.911
Caixa e equivalentes de caixa		24.141	-	24.141	20.026	-	20.026
Concessionárias e permissionárias		2.514	-	2.514	2.681	-	2.681
Contas a receber - partes relacionadas		121	-	121	140	-	140
Adiantamentos a fornecedores		263	-	263	272	-	272
Impostos a recuperar		-	-	-	3	-	3
Estoques		1.345	-	1.345	1.109	-	1.109
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	-	19.475	19.475
Ativo de concessão (contratual)	a	-	17.274	17.274	-	-	-
Outros ativos circulantes		263	-	263	205	-	205
Ativo não circulante		209.711	(5.042)	204.669	217.767	60.398	278.189
Títulos e valores mobiliários		3.396	-	3.396	3.532	-	3.532
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	-	273.182	273.182
Ativo de concessão (contratual)	a	-	199.755	199.755	-	-	-
Outros ativos não circulantes		291	-	291	187	-	187
Imobilizado não vinculado à concessão		1.077	-	1.077	1.213	-	1.213
Imobilizado	b	201.478	(201.364)	114	209.349	(209.349)	-
Intangível não vinculado à concessão		19	-	19	24	-	24
Intangível	b	3.450	(3.433)	17	3.462	(3.435)	27
Total de ativos		238.358	12.231	250.590	242.203	79.873	322.100

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		9.646	-	9.646	9.564	-	9.564
Fornecedores terceiros		286	-	286	240	-	232
Fornecedores partes relacionadas		712	-	712	810	-	818
Financiamentos com terceiros		6.098	-	6.098	6.101	-	6.101
Tributos e contribuições sociais		480	-	480	483	-	483
Taxas regulamentares		1.272	-	1.272	1.149	-	1.149
Dividendos propostos		-	-	-	117	-	117
Outros passivos circulantes		798	-	798	664	-	664
Passivo não circulante		79.925	14.217	94.142	86.509	17.122	103.631
Financiamentos com terceiros		51.322	-	51.322	56.851	-	56.851
Outras provisões - compensação ambiental		1.491	-	1.491	1.394	-	1.394
Provisão para contingências		27.112	-	27.112	28.264	-	28.264
Tributos diferidos	c	-	14.217	14.217	-	17.122	17.122
Patrimônio líquido		148.787	(1.986)	146.801	146.130	62.751	208.881
Capital social		167.191	-	167.191	167.191	-	167.191
Reserva de lucros		39.355	(39.355)	-	39.355	-	39.355
Reserva legal		-	-	-	2.335	-	2.335
Prejuízo acumulado	d/e	(57.759)	37.369	(20.390)	(62.751)	62.751	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		238.358	12.231	250.589	242.203	79.873	322.076

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	24.775	1.580	26.355	23.155	8.198	31.353
Custo da operação	e	(14.749)	7.986	(6.763)	(14.878)	4.767	(10.111)
Lucro bruto		10.026	9.566	19.592	8.277	12.965	21.242
Despesas gerais e administrativas		(2.426)	-	(2.426)	(2.483)	-	(2.483)
Outras receitas / (despesas) operacionais		318	-	318	2.077	-	2.077
Lucro antes do resultado financeiro		7.918	9.566	17.484	7.871	12.965	20.836
Resultado financeiro		(3.899)	-	(3.899)	(6.644)	-	(6.644)
Receita financeira		1.559	-	1.559	2.038	-	2.038
Despesa financeira		(5.458)	-	(5.458)	(8.682)	-	(8.682)
Lucro antes dos impostos		4.019	9.566	13.585	1.227	12.965	14.192
Imposto de renda e contribuição social	c	(1.362)	(31)	(1.393)	(1.652)	(244)	(1.896)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		2.657	9.535	12.192	(425)	12.721	12.296

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de Concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bancos	1.100	158
Aplicações financeiras	23.040	19.868
	<u>24.141</u>	<u>20.026</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

8. Títulos e valores mobiliários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conta reserva - financiamentos	3.396	3.532
	<u>3.396</u>	<u>3.532</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 13).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal e juros. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

9. Concessionárias e permissionárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	2.457	2.428
Vencidas até 30 dias	10	36
Vencidas até 60 dias	1	2
Vencidas até 90 dias	2	1
Vencidas até 120 dias	4	4
Vencidas até 180 dias	3	3
Vencidas há mais de 180 dias	242	411
	<u>2.719</u>	<u>2.885</u>
(-) PCLD	(205)	(204)
	<u>2.514</u>	<u>2.681</u>

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo em 1º de janeiro	(204)	(134)
Reversão	-	-
Adição	(1)	(70)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(205)</u>	<u>(204)</u>

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

10.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo imobilizado em serviço										
Transmissão	248.575	-	-	1.005	-	249.580	1.005	(49.138)	200.443	207.480
Terrenos	3.099	-	-	-	-	3.099	-	-	3.099	3.099
Edificações, obras civis e benfeitorias	83.843	-	-	400	-	84.243	400	(17.440)	66.803	69.226
Máquinas e equipamentos	160.980	-	-	605	-	161.585	605	(31.401)	130.185	134.712
Veículos	595	-	-	-	-	595	-	(275)	320	404
Móveis e utensílios	58	-	-	-	-	58	-	(22)	36	39
Administração	-	-	-	107	-	107	107	(5)	102	-
Veículos	-	-	-	107	-	107	107	(5)	102	-
	248.575	-	-	1.112	-	249.687	1.112	(49.143)	200.545	207.480
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão	1.869	312	(148)	(1.112)	-	921	(948)	-	921	1.869
Máquinas e equipamentos	883	39	-	(885)	-	37	(846)	-	37	883
Outros	986	273	(148)	(227)	-	884	(102)	-	884	986
Administração	-	18	(6)	-	-	12	24	-	12	-
Máquinas e equipamentos	-	18	(6)	-	-	12	24	-	12	-
	1.869	330	(154)	(1.112)	-	933	(924)	-	933	1.869
Ativo imobilizado	250.444	330	(154)	-	-	250.620	188	(49.143)	201.478	209.349

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de depreciação

	2018			2017	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão	5,81%	249.581	(49.136)	200.443	207.480
Administração	-	107	(5)	102	-
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10%	1.365	(288)	1.077	1.213
		251.053	(49.429)	201.622	208.693

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10.3. Principais adições do ativo imobilizado em curso em 2018 (Transmissão)

	Material e equipamentos
Edificações e benfeitorias	120
Máquinas e equipamentos	39
Móveis e utensílios	16
Adiantamentos a fornecedores	137
	312

10.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2018

Descrição do bem	Grupo	Valor
SERVICO NVIEW NNM PLATAFORMA - RAISECOM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	18
SERVICO TRN - RAISECOM.SERVICO INSTALACAO MULTIPLEX - RAISECOM,SERVICO P.E INSTALACAO - RAISECOM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	47
SERVICO MULTIPLEXER ITN221(LC) - GERENCA GAB ITN221 MCC,2 GE SFP,2 STM 1/4 SFP,4 GE RJ45,8XE1,DH. DC,CABO ADAPTADOR 16XE1,DB37 MACHO X,BNC MACHO,SFP 1,25G 40KM,1550NM DFB, RX - 23 DBM, TX,MOD MULTIPLEXADOR GIGAETH,MODULO MULTIPLEXADOR FXS ITN221-SUB-4GE,4 GE SFP,10/100/1000,MODELO MULTIPLEXADOR	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
SERVICOS TECNICOS EM ELETROTECNICA, COMISSONAMENTO E ENTREGA DO AS BUILT DO SISTEMA SEP DE ARARAQUARA II	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	48
ATUALIZACOES DE LICENCAS SAGE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	280
SCADA/IHM,LICENCAS DE MODULO IEC 61850	SOFTWARE	8
TABLET 7 polegadas GALAXY WI-FI PRETO 8GB SM-T280N-SAMSUNG	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3
Administração		
I/VW AMAROK CD 4X4 SE, PROTETOR DA CACAMBA,DISPOSITIVO DE REBOQUE COM ACOPLAMENTO	VEICULOS	107

10.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2018

No exercício de 2018 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

11. Intangível

11.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo intangível em serviço										
Transmissão	3.445	-	-	8	-	3.453	8	(20)	3.433	3.426
Servidões	3.426	-	-	-	-	3.426	-	-	3.426	3.426
Softwares	19	-	-	8	-	27	8	(20)	7	-
Administração	51	-	-	-	-	51	-	(34)	17	27
Softwares	51	-	-	-	-	51	-	(34)	17	27
	3.496	-	-	8	-	3.504	8	(54)	3.450	3.453
Ativo intangível em curso										
Transmissão	8	-	-	(8)	-	-	(8)			
Softwares	8	-	-	(8)	-	-	(8)			
Administração	-	4	(4)	-	-	-	-			
Softwares	-	4	(4)	-	-	-	-			
	8	4	(4)	-8	-	-	-8			
Ativo Intangível	3.504	4	(4)	-	-	3.504	-			

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

11.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de Amortização (%)	2018		2017	
		Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão	10,00%	3.453	(21)	3.432	3.426
Administração	20,00%	51	(34)	17	27
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20,00%				
		26	(7)	19	24
		3.530	(62)	3.468	3.477

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

11.3 Principais baixas do ativo intangível em serviço 2018

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício de 2018.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

12. Financiamentos - terceiros

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantias	Encargos	2018	2017
BNDES	01/2011	11/2028	Mensal	15/04/19	Mensal	SAC	(i)	TJLP + 2,21% a.a.	57.420	62.952
									57.420	62.952
Circulante									6.098	6.101
Não circulante									51.322	56.851
									57.420	62.952

Em 29 de novembro de 2010, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$84.000 destinado a aquisição de máquinas e equipamentos e compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão. Sobre este financiamento incidem juros de 2,21% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), observada a seguinte sistemática:

Sobre este empréstimo, incidirão juros de 2,21% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo- TJLP, observada a seguinte sistemática:

- Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do referido contrato de empréstimo e no seu vencimento ou liquidação, e apurado mediante a incidência de TJLP sobre o saldo devedor; e o percentual de 2,21%, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor.
- Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de 2,21% ao ano acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Esse financiamento será pago em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de novembro de 2012 e a última vencerá em 15 de outubro de 2028.

(i) **Segue relação das garantias**

- Cessão de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Penhor dado por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2020	6.005
2021	6.062
2022	6.118
2023 - 2029	33.137
	<u>51.322</u>

c) Covenants

A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017

13. Tributos e contribuições sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	142	87
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	99	134
Programa de Integração Social (PIS)	13	12
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	60	56
Outros	166	194
	<u>480</u>	<u>483</u>

14. Taxas regulamentares

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	376	394
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	125	125
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	771	630
	<u>1.272</u>	<u>1.149</u>

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.791 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 56.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.578 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 8.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2018	2017
Trabalhista	736	-
Meio ambiente	26.265	28.264
Servidão	111	-
	27.112	28.264

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhista	30.072	468
Fiscal	40	-
	<u>30.112</u>	<u>468</u>

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 167.191 dividido em 167.191 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	<u>2018 e 2017</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	-	12.296
Absorção de prejuízo	-	-
Base para reserva legal	-	12.296
Reserva legal (5%)	-	(615)
Base de cálculo para os dividendos	-	11.681
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	<u>-</u>	<u>117</u>

Os dividendos provisionados em 2017 foram pagos em 11 de julho de 2018.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

17. Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional bruta	26.878	25.005
Receita rateio de antecipação	501	672
Receita de encargos de transmissão	25.986	25.192
Recuperação de PIS e COFINS	982	941
Parcela ajuste do ciclo anterior	(1.229)	(1.641)
Indisponibilidade de equipamentos	(46)	(159)
Descontos incidentes na TUST	684	-
Deduções da receita operacional	(2.103)	(1.850)
PIS	(175)	(163)
COFINS	(807)	(750)
RGR	(778)	(625)
P&D	(248)	(218)
TFSEE	(95)	(94)
	24.775	23.155

18. Custo da operação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(3.380)	(3.568)
Material	(229)	(323)
Serviços de terceiros	(1.332)	(812)
Arrendamentos e aluguéis	-	(25)
Seguros	(131)	(119)
Tributos	(2)	(18)
Depreciação e amortização	(8.043)	(7.916)
Gastos diversos	(1.632)	(2.097)
	(14.749)	(14.878)

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(2.885)	(1.684)
Material	(21)	(9)
Serviços de terceiros	(444)	(370)
Arrendamentos e aluguéis	(112)	(105)
Provisão / reversão	1.179	(71)
Doações	-	(17)
Depreciação e amortização	(15)	(10)
Outras	(128)	(217)
	(2.426)	(2.483)

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

20. Despesas de pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal – operação		
Remuneração	(2.157)	(2.283)
Encargos	(711)	(728)
Despesas rescisórias	-	(3)
Benefícios	(496)	(554)
Outros	(16)	-
	<u>(3.380)</u>	<u>(3.568)</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	(1.177)	(549)
Encargos	(576)	(326)
Benefícios	(195)	(181)
Outros	(443)	(206)
Administradores	(494)	(422)
	<u>(2.885)</u>	<u>(1.684)</u>
	<u>(6.265)</u>	<u>(5.252)</u>

21. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita financeira	<u>1.559</u>	<u>2.038</u>
Receitas de aplicações financeiras	1.520	2.057
Outras	39	(20)
Despesa financeira	<u>(5.458)</u>	<u>(8.682)</u>
Juros sobre financiamentos	(4.816)	(5.247)
Atualização Selic - Contingências Ambientais	(125)	(3.338)
Outras	(517)	(97)
	<u>(3.899)</u>	<u>(6.644)</u>

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2018 e 2017, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7	24.141	20.026
Títulos e valores mobiliários	8	3.396	3.532
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Concessionárias e permissionárias	9	2.514	2.681
Contas a receber - partes relacionadas	23	121	140
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Financiamentos - terceiros	12	57.420	62.952
Fornecedores - terceiros		285	240
Fornecedores - partes relacionadas	23	712	810

22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

23.1 Ativo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber - partes relacionadas	121	140
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	121	140

23.2. Passivo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores - partes relacionadas	712	817
Aluguel (ii)	8	7
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	704	810

23.3. Resultado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado - partes relacionadas	(2.453)	(1.421)
Despesa aluguel (ii)	(92)	(92)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	(2.361)	(1.329)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	2018	2017
Responsabilidade civil	Risco civil	293	311
Seguro patrimonial	Risco operacional	148.871	148.872
Veículos	Carros	413	45
		149.577	149.228